

OS SENHORES DE POUÇOS ESCRAVOS EM MINAS GERAIS: ESCRAVARIAS E TRÁFICO NEGREIRO EM SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES, 1795-1831.

THE SMALL SLAVEHOLDERS IN MINAS GERAIS: SLAVE OWNERSHIP AND SLAVE TRADE IN SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES, 1795-1831

Carlos de Oliveira Malaquias¹

Endereço: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Filosofia e História. Avenida Marechal Rondon, s/n, Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos Jardim Rosa Elze, São Cristóvão-SE, CEP: 49100-000
Email: carlos_malakyaz@yahoo.com.br

Resumo: O artigo analisa como, em uma freguesia marcada pelas pequenas posses, os senhores conservaram suas escravarias na passagem do século XVIII para o XIX frente aos ritmos do tráfico negreiro e às possibilidades de reprodução interna. Nossas principais fontes são listas de população, assentos paroquiais e documentação cartorária que são usadas em análises quantitativas e cruzamentos nominais. Os resultados sugerem que o enraizamento da escravidão na sociedade mineira deveu muito à existência e tenacidade de um amplo setor de pequenos proprietários.

Palavras chave: escravismo, pequenos proprietários, Minas Gerais.

Abstract: The article explore how in a parish of small slave ownerships, the masters kept their slaves through the passage from the 18th to the 19th century dealing with the cycles of the slave trade and procreation. Our main historical sources are population lists, parish records and notarial documentation, which we examine in quantitative and nominal analyses. The results suggest that, in Minas Gerais, the slavery laid their roots in a large and tenacious group of smallholders.

Keywords: slave-system, small slaveholders, Minas Gerais.

1 - Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor efetivo do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Coordena o projeto De pai para Filho: Herança e os caminhos da acumulação de riqueza em Minas Gerais (1750-1850)

Numa carta à presidência da província, em dezembro de 1848, o Juiz de Paz da vila de São José, o senhor Manoel Fernandes Airão, expressava sua simpatia com as “luminosas ideias” do governo de agir contra o tráfico ilegal de escravos e, assim, “proteger o trabalho livre” e “alentar os nossos produtos e manufaturas”. Para o juiz, era recomendável aos “poderes do estado ir progressivamente tributando *os escravos que obstruem nossos povoados e usurpam os meios das classes pobres e médias ganharem a vida na mecânica e artes úteis*”¹ (destaque nosso). Simultaneamente dispendiosa e imoral, a escravidão desviava, na aquisição e o sustento do cativo, recursos que poderiam mais bem ser empregues na produção, enquanto o escravo, por ser privado da liberdade e ter todo o fruto do seu esforço tomado pelo senhor, não tinha o mesmo amor ao trabalho que o homem livre. Além dessa crítica, que remete o antiescravismo do juiz à Economia Política Clássica, aparece, subrepticamente nas intenções do juiz, a proposta de transformar o indolente pequeno senhor em força de trabalho para “baratear a perfeição da mão de obra pela premiada concorrência”. O fim do tráfico e a dificuldade no acesso ao cativo seriam, assim, formas eficazes de “moralizar e aumentar gratuitamente a população”. Uma ideia bastante difundida na época do Juiz Airão, e captada pela historiografia mineira,² é que, enquanto pudessem valer-se de escravos, os pequenos produtores não se dedicariam com empenho e disciplina aos seus ofícios e muito menos seriam uma força de trabalho contínua e estável.

Podemos rastrear, nessa correspondência, o ideário político difundido pelo liberalismo-moderado, dominante na política provincial até, aproximadamente, o ano de 1837. A posição dos moderados sobre o trabalho escravo refletia as ambiguidades desse grupo fortemente apegado à ideia de civilização e à defesa da propriedade. Os periódicos que difundiam os valores políticos do grupo, em geral, evitavam tratar da escravidão,³ mas, quando o faziam, a perspectiva era de que a instituição representava um atraso civilizacional. A posição do eminente político moderado Evaristo da Veiga, redator do periódico *Aurora Fluminense*, era de que a condição escrava do africano “não representava nenhum ganho para a nação, muito ao contrário, estimulava a barbárie, até mesmo entre os senhores, além de

1 Arquivo Público Mineiro – Presidência de Província. 1/18, Cx.141-doc.33 – 09/12/1848

2 MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.06 e pp.52-53 (disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>). LIBBY, Douglas Cole. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, pp.101 e 102 e p.142.

3 Segundo Marcelo Basile, nos cinco anos e meio de publicação do moderado *Aurora Fluminense*, a escravidão não foi abordada mais do que uma quinzena de vezes em mais de seiscentas edições. BASILE, Marcelo. O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Rio de Janeiro: IFCHS/UF RJ, 2004, p.49 (Tese de doutorado). Ver também o artigo de ANDRADE, Marcos Ferreira de. Imprensa moderada e escravidão: o debate sobre o fim do tráfico e o temor do haitaianismo no Brasil Regencial (1831 -1835). In Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, maio/2009. SILVA, Wlamir. Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte, MG: Fapemig, 2009 trata da preponderância do ideário liberal moderado em Minas Gerais.

corromper a sociedade, retardando o nosso aperfeiçoamento moral”.⁴ Era a partir desse tipo de julgamento que os moderados buscavam convencer seu público das desvantagens de manter o sistema escravista. Nesse intuito, consideravam o fim do tráfico um passo essencial, seguido pela introdução de imigrantes e máquinas. O jornal moderado *Astro de Minas*, publicado na vila de São João del Rei entre 1827 e 1839, vocalizava na região em vivia o Juiz de Paz Fernandes Airão o ideário moderado. Na ocasião em que se discutia na Assembleia Provincial mudanças na lei de 7 de novembro de 1831, visando a legalização do tráfico, o *Astro de Minas* reagiu com um discurso cujas ideias centrais, alguns anos depois, aparecerão nas opiniões do juiz Airão:

A Província de Minas conta seguramente um terço de escravos em o total da população; e que vantagem podemos nós esperar do aumento da raça negra? O seu embrutecimento e inaptidão [...], a sua condição, que os obriga a não se interessar pelo aperfeiçoamento de qualquer indústria [...] tudo enfim nos induz a crer, que são os escravos o maior estorvo, que obstará ainda por longos anos o melhoramento de nossos grosseiros métodos de agriculturar a terra.⁵

Convencer os proprietários mineiros da necessidade do fim do tráfico foi uma prova de fogo para os moderados, que eles não foram capazes de vencer. No começo do século XIX, a província de Minas Gerais concentrava a maior população escrava do Império e tinha um dos perfis de posse mais desconcentrados do escravismo americano: de fato, cerca de um terço dos moradores de Minas eram escravos (246 mil escravos em uma população estimada em 746.657 pessoas) que estavam em praticamente um de cada três domicílios, em algumas áreas, muito mais presentes do que isso.⁶

Naturalmente, nem todos os domicílios não-escravistas da província eram moradias de pobres alijados da política; na estrutura ocupacional mineira, tinham grande relevância os profissionais liberais e funcionários, os quais constituíam um sólido pilar para as ideias moderadas. Na verdade, não se pode realizar nenhum corte pronunciado entre a condição senhorial e o liberalismo moderado, pois mesmo partidários da moderação eram senhores de escravos. O próprio Juiz Airão possuía mais de uma dezena de escravos e vivia algumas dificuldades típicas de sua posição,

4 Aurora Fluminense, nº 489, 27/05/1831 apud ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Imprensa moderada e escravidão*. Op. Cit.

5 *Astro de Minas*, nº 1142, 14/03/1835 – Acervo de microfímes da Biblioteca do Campus Dom Bosco, Universidade Federal de São João del Rei.

6 A extensão do plantel mineiro foi originalmente apresentada por Roberto Borges Martins. Ver MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Op. cit. A supremacia do plantel mineiro deve ser relativizada pela extensão da província e pelo tamanho da população livre, como mostra LIBBY, Douglas C. O “grande plantel” mineiro do século XIX: origens e posses. In REZENDE, Maria Efigênia Lage; VILALTA, Luis Carlos. *História de Minas Gerais: a província de Minas*. Vol.01. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2013. As estimativas do tamanho da população livre e escrava de Minas e outras províncias na década de 1830 podem ser conferidas em RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, Tabela 05.

como a complicada administração do trabalho e a fuga de cativos.⁷ Já um dos próceres do liberalismo moderado, o deputado Baptista Caetano de Almeida, um dos redatores do periódico *Astro de Minas*, não só era dono de um fazenda com mais de 40 cativos, como foi um dos grandes traficantes de escravos do Rio de Janeiro para Minas Gerais.⁸ Outros casos poderiam ser citados. Mas o envolvimento de moderados com a escravidão não deve ser tomado como insinceridade. A contração entre a consciência e as práticas deve ser vista na tenção entre a autonomia relativa das ideias políticas e os condicionamentos das formas dominantes de reprodução social.

O que nos parecer ser o ponto a ser ressaltado é que, no contexto de “acomodação evolutiva” da economia mineira, a dinâmica do escravismo gerava constrangimentos sociais muito pouco propícios para a denúncia da escravidão. Depois das décadas de lamentações pelo declínio da mineração, no começo de século XIX, a agricultura mercantil estava em expansão em Minas Gerais, estimulada pela chegada da corte ao Rio de Janeiro e o crescimento urbano da capital. O braço escravo foi a força que colocou a agricultura de abastecimento, e todas as atividades a ela vinculadas, em movimento. Isso mobilizou, juntamente com a criação de grandes fazendas de alimentos, uma séria de pequenos lavradores, criadores e artesãos, em sua maioria pequenos escravistas. Como mostrou o trabalho do prof. Douglas C. Libby, o escravo era um bem relativamente “democrático”, cuja aquisição esteve disponível a uma grande variedade de domicílios e cerca de dois terços dos senhores de escravos mineiros tinham posses não superiores a cinco trabalhadores cativos.⁹ O caso de Minas no século XIX se enquadra na ampla dispersão geográfica, ocupacional e social do escravismo de que falaram Francisco Luna e Herbert Klein. Para eles, a maioria dos cativos residentes no Brasil estava fora dos engenhos, minas e cafezais e eram empregados em diferentes funções. Nesse cenário, predominavam as pequenas e médias posses garantiam a legitimidade e longevidade do trabalho compulsório.¹⁰

No estudo de caso que aqui se propõe, essa natureza do sistema escravista brasileiro, amplo e disseminado, será considerada no contexto da passagem do século

7 Manoel Fernandes Airão era um comerciante que, em 1831, vivia no distrito de Bom Jesus dos Perdões, acompanhado de um caixeiro, três jornaleiros, e catorze escravos. Arquivo Público Mineiro, Lista nominativa do distrito de Bom Jesus dos Perdões, quarteirão 01, fogo 21. Em 1834 o Juiz de Paz anunciou no periódico *Astro de Minas* da vila de São João del Rei a fuga de seu escravo Manoel benguela, de 24 anos, *Astro de Minas*, nº 1.081, 21/10/1834. Em 1839 Airão enfrentou novas dificuldades com seus escravos quando lhe fugiu o crioulo Florentino após uma briga em que este matou o parceiro Joaquim africano, Laboratório de Pesquisa, Conservação e Preservação Documental (LABDOC/UFSJ) - Fórum de Oliveira. Processo Crime, 36-02, 1839.

8 A informação sobre as posses de Batista Caetano são apresentadas no mais completo trabalho sobre esse importante político imperial: MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência*. (São João del-Rei, 1824-1839). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p.40. O envolvimento de Batista Caetano com o tráfico de escravos é mencionado por MARTINS, Roberto Borges. *A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais*. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina (MG): Cedeplar/ Universidade Federal de Minas Gerais, 2008 (disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A146.pdf).

9 LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, especialmente o capítulo 02. Para a referência ao escravismo “democrático”, entre aspas no original, ver p.124.

10 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.81 e seguintes.

XVIII para o XIX a partir da freguesia mineira em que habitava o Juiz de Paz Airão. Graças a contagens populacionais, distantes entre si cerca de 40 anos, podemos conhecer o perfil do trabalhador escravo e sua distribuição entre os domicílios. A passagem do tempo será um aspecto central do artigo, uma vez que a mudança do século vem acompanhada de transformações na economia e população de São José do Rio das Mortes. Para este estudo, vale mencionar que o comércio mineiro, com a chegada da corte, dirige-se com vigor para a praça do Rio de Janeiro, abastecendo a capital colonial de gado em pé, mantas de toucinho, queijos, panos grossos de algodão etc. e abrindo novas oportunidades para a produção agropecuária mineira.¹¹ Nesse contexto de reorganização econômica, o vale do Rio das Mortes, e a capitania de Minas Gerais mais amplamente, passou de uma fase de crise na importação de escravos entre 1790 e 1810, para um momento em que o tráfico volta a irrigar as escravarias locais.¹²

Assim, este artigo pretende confrontar uma localidade de pequenos proprietários com as tensões engendradas pela expansão dos mercados e o tráfico de escravos sobre as possibilidades de manutenção e reprodução das escravarias. Para tanto, encaminhamos o artigo em três seções: na primeira, realizamos uma breve apresentação da população escrava; na segunda, discutimos sua distribuição entre os planteis; e, na terceira, alinhavamos alguns casos de manutenção das posses frente a um contexto adverso. Ao fim, na conclusão, levantamos considerações sobre o significado político-social dessa escravidão difundida no tecido da sociedade.

A população escrava

Nos anos 1980, o prof. Roberto Borges Martins revelou que Minas Gerais, depois do ouro e antes da expansão do café, manteve o maior plantel de escravos do Império no século XIX. Martins utilizou censos de população e o método de sobrevivência demográfica para demonstrar que o crescimento do plantel mineiro só poderia ser explicado pelo tráfico e, na ausência de atividades de exportação, concluiu que o mercado interno era dinâmico o bastante para gerar os recursos necessários para as importações de cativos.¹³ Robert Slenes concordava com a premência do tráfico, mas apontava diversas atividades voltadas para o mercado externo e para o abastecimento do Rio de Janeiro, como a mineração de profundidade, a extração de diamantes e a

11 A referência fundamental é LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

12 Baseamo-nos no estudo de LIBBY, Douglas C. *O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais: um século e meio de oscilações*. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Sons, formas e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: Fapemig: PPGH-UFMG, 2008, que será melhor comentado a seguir.

13 MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Op. cit.

exportação de mantas de toucinho para a corte.¹⁴ Mais recentemente, Laird Bergad, defendeu que a procriação foi, desde fins do século XVIII, capaz de ampliar a população escrava. Bergad usou os registros de escravos nos inventários *post-mortem* abertos em quase toda capitania/província; no entanto, foi criticado por não considerar que essa documentação apresenta uma temporalidade atrasada, na medida em que apresenta a acumulação de escravos ao longo de toda uma via.¹⁵ Os pesquisadores que têm se valido de fundos documentais mais diversificados, como listas nominativas, documentação cartorária e paroquial, vêm apostado na conciliação de tráfico e reprodução como possibilidades não-excludentes, o que nos parece mais plausível.¹⁶

As informações populacionais da freguesia de São José do Rio das Mortes indicam que tráfico e reprodução endógena dos escravos configuraram uma dinâmica complexa em que se misturaram diferentes possibilidades para a manutenção do setor de pequenos senhores que caracterizaram o escravismo mineiro. No ano de 1795, os párocos da freguesia de São José do Rio das Mortes realizaram um arrolamento nominal de todos confessados registrando 1.723 domicílios que abrigavam 10.919 pessoas, sendo quase metade delas escravas. Nesses números não se incluem os menores de sete anos, que ainda não se confessavam, e as pessoas ausentes da freguesia.¹⁷ Dos escravos registrados pelo Rol de Confessados de 1795, 2.125 (ou 40%) eram naturais do Brasil, enquanto os demais 3.195 eram procedentes de diversas origens africanas. Quase quarenta anos mais tarde, entre os anos de 1831 e 1833, o governo provincial produziu listas nominativas de centenas de arraiais mineiros e, naqueles que faziam parte da freguesia de São José, foram contados 15.819 moradores em 2.176 domicílios. Nesse momento, os escravos eram em torno de 40% e a composição da população escrava se inverteu: a maioria dos escravos era nativa do Brasil, 3.836 (ou 58%) do total, enquanto os africanos somavam 2.721.¹⁸

Nossos censos, ao admitir a divisão da população escrava por origem, permitem visualizar em separado os efeitos da fecundidade e do tráfico. As pirâmides de população escrava nos Gráficos 1 e 2 permitem afirmar com alguma confiança que a reprodução interna desempenhou um papel significativo no crescimento do contingente escravo, embora a influência do tráfico se faça marcante.

14 SLENES, Robert Wayne Andrew. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18 n.3, 1988, p. 449-195.

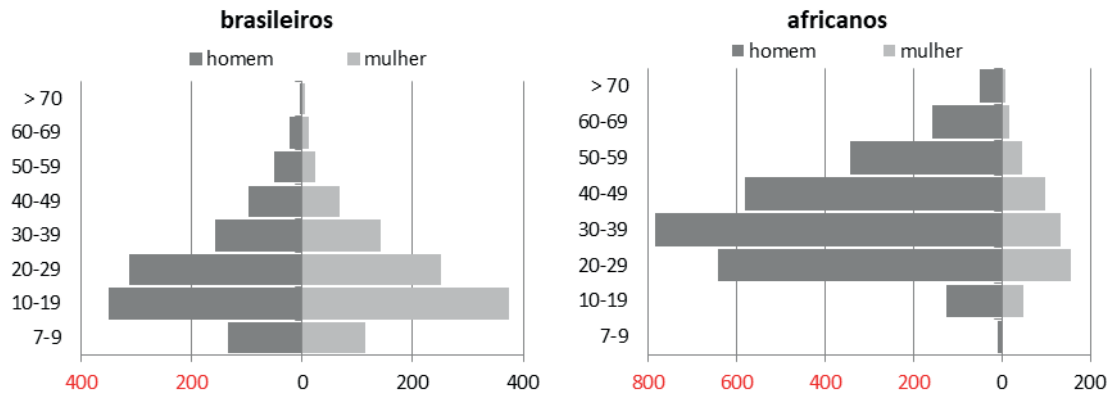
15 BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. Ver a crítica em LIBBY, Douglas C. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; CERQUEIRA, Adriano; FAVERSANI, Fábio (Orgs). *História quantitativa e serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH/MG/PUC-MG/UFOP, 2001.

16 LIBBY, Douglas C. & PAIVA, Clotilde A. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v. 25, n. 2, pp.203-233, 1995.

17 "Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Jozé, Comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795". Banco de dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, MG.

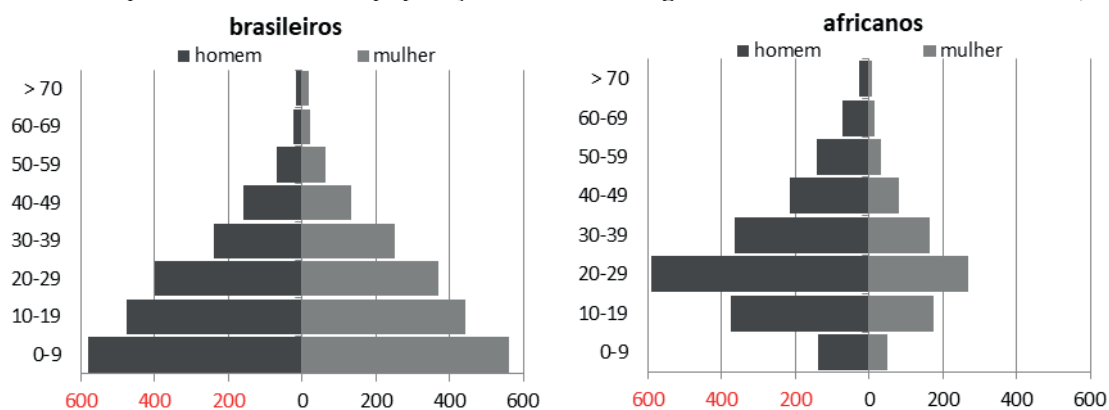
18 Listas nominativas da década de 1830. CEDEPLAR/UFMG. Banco de dados coord. pela profa. Clotilde A. Paiva. Originais: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG. Para 10 escravos não foi possível identificar a origem.

Gráfico 1 - pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795.



Fonte: Rol dos Confessados de 1795.

Gráfico 2 - pirâmides etárias da população escrava na freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1831.



Fontes: listas nominativas de 1831.

As pirâmides etárias dos escravos nascidos no Brasil mostram equilíbrio entre os sexos e grande proporção de crianças. A base da pirâmide em 1795 é menor porque o Rol de Confessados só registra a população com sete anos ou mais, capaz de tomar os sacramentos da confissão, comunhão e eucaristia. De qualquer forma, percebe-se que essa coorte era muito superior à do grupo de africanos. Para o ano de 1831, a base da pirâmide etária dos escravos nascidos no Brasil apresentam um formato clássico, típico das populações de antigo regime demográfico, com alta natalidade e mortalidade. Em relação aos escravos africanos, vale notar que o aumento de crianças e mulheres é um efeito do tráfico no século XIX,¹⁹ que trouxe maior número de crianças e mulheres africanas, as quais geravam filhos que acabavam contribuindo para o crescimento da população escrava nativa.

A desproporção entre o número de homens e o de mulheres na população escrava é apontada como um fator negativo para a reprodução interna. O comércio transatlântico de escravos trazia para o Brasil preferencialmente homens em relação às mulheres (2 ou 3 homens para cada mulher) e majoritariamente pessoas em idade

19 KLEIN, Herbert S. O tráfico de escravos no Atlântico. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora, 2004, pp.162.

produtiva (até 80%) em relação à velhos e crianças.²⁰ Daí que a população escrava africana tinha um viés etário e sexual muito destacado pela predominância de homens jovens, como pode ser visto nos gráficos anteriores. A reprodução ampliada de populações pesadamente masculinas exigiria taxas muito elevadas de fecundidade, sem dúvida elevadas demais para populações escravas com baixo número de mulheres africanas, as quais já chegavam ao Brasil em idade adulta e, portanto, com parte de sua idade fértil consumida. Além da idade, outros fatores reduziram a fecundidade das escravas como a amamentação prolongada, normas culturais africanas que proibiam o intercurso sexual durante a lactação, e a deficiência nutricional que provocaria um retardamento da menorreia e a antecipação da menopausa.²¹ Todas essas condições tornavam ainda mais difícil a reposição ampliada da mão-de-obra escrava.²²

Quanto ao problema da mortalidade, especialmente a infantil, a liberação da gestante do trabalho mais pesado seria uma ação fundamental para diminuir os riscos de aborto. Mas em pequenas propriedades escravistas, onde o trabalho de todos era necessário, dificilmente as escravas gestantes conseguiriam se livrar do trabalho durante a gravidez. Tão importante quanto a diminuição da intensidade do trabalho é a alimentação da gestante e da lactante. As necessidades de nutrientes são ampliadas nessa fase e a alimentação suficiente e variada, contando especialmente em carnes frescas, gordura animal e leite, é destacada como quesito importante.²³ Nesse ponto, a alimentação em Minas era muito semelhante às áreas de alta reprodução interna do sul estadunidense, com a predominância de gorduras e amido, e ambas bastante diferentes daquela do escravo caribenho, que tinha à sua disposição farinha e carnes secas.²⁴

Retornado às pirâmides etárias, nos Gráficos 1 e 2, cumpre notar que o setor africano dos escravos rejuvenesce no período: em 1795 a maior parte dos africanos

20 Idem, pp.160-163.

21 Sobre a hipótese de amamentação prolongada e de tabus sexuais durante a lactação entre os escravos americanos ver KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. A demografia dos escravos americanos. In MARCÍLIO, Maria Luiza (org). População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, pp.224-225. Ver também a rápida menção ao assunto em KLEIN, Herbert S. O tráfico de escravos no Atlântico. Op. cit. p.167. Sobre a influência da nutrição na fecundidade e gestação ver o esclarecedor debate proposto por KIPLE, Kenneth F. The caribbean slave: a biological history. Cambridge University Press, 1984, p.110.

22 Talvez tão complicada quanto a questão do número de homens, fosse a formação de casais numa mesma escravaria, já que os senhores desencorajavam uniões entre escravos de donos diferentes, situação agravada no contexto mineiro pela disseminação das pequenas posses. Como afirma Stuart B. Schwartz, ao impedir casamentos de escravos pertencentes a senhores diferentes, os proprietários sobrepujaram seus interesses econômicos sobre as normas da Igreja. SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p.313. Robert Slenes e Sheila de Castro Faria notaram no Oeste Paulista do XIX e na Paraíba do Sul do XVIII a quase nulidade dos casamentos entre escravos de posses diferentes. FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.314-316. SLENES, Robert. Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.75.

23 A mais importante referência nesse campo ainda pouco explorado da alimentação e saúde dos escravos é KIPLE, Kenneth F. The caribbean slave. Op. cit. Ver sobretudo o capítulo 08: "Slave infant and child mortality".

24 Como afirma Eduardo Frieiro, a comida dos escravos não era muito diferente daquela consumida pela população livre e pobre e envolvia, na sua apresentação trivial, angu de fubá e feijão, normalmente temperados com um pedaço de toucinho ou carne de porco. FRIEIRO, Eduardo. Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966, pp.139-147.

tinha entre 30 e 39 anos, enquanto em 1831 a maior parte tem entre 20-29. Esse fenômeno é um indicador de que o tráfico havia voltado a abastecer as escravarias de São José nos anos anteriores à realização das listas. A cronologia da importação de escravos para Minas proposta por Douglas Libby é a melhor aproximação para as entradas de africanos e informa como a demografia escrava foi condicionada por essa migração forçada. Libby usa registros paróquias de batismos de africanos adultos em cinco freguesias mineiras como índices indiretos da importação de escravos. Seu estudo estabelece que as décadas de 1790 e 1800 são de baixa na entrada de africanos novos na capitania, enquanto o período 1810 a 1830 é de rápido ingresso de escravos africanos.²⁵ O espaço de duas décadas de queda na participação no tráfico seria um sinal das dificuldades econômicas enfrentadas por Minas no seu processo de acomodação econômica com a decadência da mineração. Mesmo que as décadas de 1790 e 1800 tenham sido de grande importação de escravos pelo Brasil, processo facultado pelo “renascimento” da agroexportação, as Minas Gerais passaram ao largo desse processo. Nesses vinte anos, como veremos, a pausa na importação de escravos deve ter sido fundamental para a formação de famílias escravas e o fomento à reprodução interna. Quando o tráfico foi retomado na década de 1810, a população africana que chega não provoca mudanças dramáticas no padrão demográfico da parcela escrava.²⁶ Essa cronologia, bem como o estudo do caso particular da freguesia de São José, apontam que a fecundidade e o tráfico conjugaram-se na reprodução das escravarias mineiras.

A distribuição da propriedade escrava.

Há algum tempo os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos tinham posses pequenas. A propriedade de escravos era mais dispersa em áreas de produção voltada para o consumo interno e mais concentrada em áreas de plantação como as regiões açucareiras e cafeicultoras. Não obstante, no Brasil, escravarias com mais de 50 cativos estavam longe de ser a regra mesmo nessas últimas áreas.²⁷ Em Minas Gerais, as informações disponíveis apontam predominância de pequenas posses nas primeiras décadas da mineração. As fontes consultadas por Francisco Vidal Luna sobre a posse de escravos em 1718, por exemplo, mostram que os donos de 1 a 5 escravos eram algo em torno de metade dos proprietários – geralmente mais do que isso –, mas não controlavam muito mais do que um quarto desses trabalhadores; por outro lado, senhores com mais de 40 escravos simplesmente não apareciam em várias das

25 LIBBY, Douglas C. O tráfico internacional e a demografia escrava em Minas Gerais. Op. cit.

26 Como o exemplo americano destacado por Herbert Georges Gutman, quando o tráfico que volta a irrigar as plantações no final do XVIII e primeiros anos do XIX traz grande número de africanos que são integrados à comunidade escrava previamente constituída. GUTMAN, Herbert Georges. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York, Vintage Books (Random House), 1976, capítulo 8.

27 SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Vol. 13, Nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287.

localidades pesquisadas, constituíam algo próximo a 2% dos proprietários e tinham em torno de 10 a 20% dos escravos.²⁸ Dados como esses deixam patente que a mineração, em seus primeiros tempos, era uma atividade de empresas pequenas e médias (em comparação com os engenhos de açúcar nordestinos da mesma época).

Ao comparar a estrutura da posse de escravos no final do século XVIII e na década de 1830, devemos iluminar as diferentes conjunturas econômicas e a viabilidade de acesso ao trabalho escravo na transição do Século do Ouro para o XIX. As listas de população de 1795 e 1831, ao mostrar a população escrava de cada domicílio, nos permitem analisar a distribuição da propriedade mancipia e discutir suas alterações. Porém, essas fontes merecem três ou quatro comentários antes de passarmos a sua análise. O primeiro é que realizamos uma análise da distribuição de escravos por domicílios e não por proprietários. Isto porque não necessariamente os escravos que foram listados nos domicílios no momento dos censos pertenciam à pessoa que encabeçava a unidade doméstica. Existia uma heterogeneidade de situações que a simples listagem de escravos em um domicílio encobria. Havia escravos que pertenciam a parentes ou agregados do fogo, havia cativos em depósito por ocasião de abertura de testamento ou por sequestro de bens, e havia escravos emprestados ou alugados.²⁹ Os padres que realizaram o Rol de Confessados de 1795 tiveram o cuidado de especificar algumas dessas situações, distinguindo os escravos que pertenciam ao chefe do domicílio e aqueles que pertenciam a outras pessoas. Os Juizes de Paz que realizaram as listas nominativas de 1831 não foram tão zelosos e os documentos apenas arrolam os escravos que residiam no domicílio, de forma que os possíveis escravos pertencentes à agregados, a parentes falecidos, às esposas e aos filhos dos chefes do fogo foram computados todos juntos. Com algum contorcionismo aritmético poderíamos apresentar a distribuição de escravos por proprietário a partir dos dados censitários de 1795, mas isso inviabilizaria sua comparação com as listas de 1831. Assim, devemos ter claro que as informações das Tabelas 1 e 2 não se referem à propriedade dos escravos, mas à sua distribuição pelos domicílios.

As diferentes modalidades de posse de escravos dentro de um mesmo fogo servem para nos alertar para possibilidades de trânsito dos escravos entre diferentes unidades produtivas, o que poderia ocorrer com a aquisição, venda, partilha,

28 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In LUNA, COSTA & KLEIN. Escravismo em São Paulo e Minas Gerais. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.264.

29 Por exemplo, no ano de 1795, no fogo 31 do distrito da Lage, viviam 35 escravos, sendo que 21 eram do casal Alferes Domingos Gonçalves Lopes e Dona Geneveva Bernarda de Lara, que chefiavam o domicílio, outros 5 pertenciam à matriarca Joana de Almeida Góis, anotada como agregada, e os demais 9 escravos pertenciam à Ana de Proença, uma irmã de Geneveva que vivia agregada no domicílio. Em algumas situações, os escravos ficavam depositados em um domicílio enquanto corria a testamentária de seu falecido senhor. Foi o caso do fogo 23 da vila de São José, onde se registrou a maior escravaria no ano de 1795, 105 cativos, mas apenas 17 pertenciam ao chefe do domicílio, o Alferes Antônio Pedroso de Carvalho Galvão, enquanto os demais 88 eram "escravo[s] da testamentária do Capitão Jerônimo da Silva Pereira". O Rol dos Confessados também registrou escravos sequestrados na Devassa da Inconfidência de 1789, como os 13 cativos do conjurado Pe. Carlos Correia de Toledo que se encontravam no domicílio 33 da capela da Lage, chefiado pela Dona Gertrudes Maria de Camargo.

empréstimos e aluguel. Portanto, a estrutura de posse captada nos arrolamentos de população apresentam a distribuição do trabalho escravo em um momento congelado no tempo. De acordo com o historiador da escravidão sul-estadunidense James Oakes, nossa dificuldade em apreender o fluxo da mão de obra escrava entre os domicílios subestimaria o seu uso entre os pequenos produtores. Para o autor, a base do grupo de proprietários de escravos nos Estados Unidos seria caracterizada pelo constante movimento de aquisição, perda e aluguel de escravos de acordo com as necessidades sazonais do domicílio, o que configuraria uma “posse intermitente de escravos”. Oakes sustenta que o uso de mão de obra escrava abrangia mais do que a marca de 1 em cada 4 domicílios apresentada pelo censo americano de 1860 e que o escravismo no sul dos EUA seria “democrático”.³⁰ Embora o movimento de um grande número de domicílios entrando e saindo do grupo de escravistas não tenha existido na frequência postulada por Oakes,³¹ as possibilidades de aluguel, bem como as expectativas de herança ampliavam ainda mais a base social do escravismo do que se considerados apenas os efetivos proprietários.

Outra questão é que foram registradas no Rol dos Confessados 27 unidades domiciliares sem chefe. Salvo um estabelecimento de ensino onde viviam 10 aprendizes de escola, todos os demais fogos sem chefe eram escravistas; alguns tinham agregados que, possivelmente, feitoravam o fogo. Possivelmente eram terras, sítios ou fazendas de proprietários que viviam nos arraiais e realizavam deslocamentos temporários. Como não tinham chefe, não eram uma unidade autônoma, mas a extensão rural de outro fogo e os escravos que ali residiam eram controlados por e pertenciam a outro domicílio.

A última consideração sobre a feitura das Tabelas 1 e 2 é que há uma pequena imprecisão na faixa de domicílios que registraram um ou dois escravos no ano de 1795. Um total de 28 domicílios listados no Rol de Confessados eram chefiados por cativos em processo de quartação, isto é, a aquisição parcelada da alforria. Essas pessoas não eram legitimamente livres, mas viviam sobre si, com a autonomia do fogo em que governavam. Quase todos viviam sozinhos e seus domicílios foram considerados como pequenos escravistas, pois na verdade havia um escravo vivendo ali, embora este escravo fosse o próprio chefe do fogo. Portanto, 28 dos nossos pequenos senhores revelados nas Tabelas 1 e 2 são, na verdade, escravos em processo de libertação.

30 OAKES, James. *The Ruling Race: A History of American Slaveholders*. New York: Knopf, 1982, p.41.

31 A hipótese de Oakes foi testada por Randolph Campbell para o caso do Texas que comprovou sua existência, mas não no nível postulado por Oakes. Ver crítica em CAMPBELL, Randolph B. *Intermittent Slave Ownership: Texas as a Test Case*. *The Journal of Southern History*, Vol. 51, No. 1 (Feb, 1985), pp. 15-23. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2209622>, acessado em 29/05/2015.

Tabela 1 - Posse de escravos nos domicílio da freguesia de São José

Faixa de posse	1795				1831			
	N de fogos	% total	% com escravos	% acumulada	N de fogos	% total	% com escravos	% acumulada
s/escravos	855	49,6	-	-	1293	59,4	-	-
1 ou 2	379	22,0	43,7	43,7	303	13,9	34,2	34,2
3 a 5	239	13,9	27,6	71,3	240	11,0	27,1	61,3
6 a 10	118	6,8	13,5	84,8	174	8,0	19,7	81,0
11 a 30	109	6,3	12,5	97,3	134	6,2	15,3	96,3
31 ou mais	23	1,3	2,6	100,0	32	1,5	3,7	100,0
Total	1723	100	100		2176	100	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Havia escravos em muitos domicílios, mas, na maior parte deles eram poucos cativos. Em 1795, pouco mais de dois quintos dos fogos escravistas tinham um ou dois cativos e, nessa faixa, estavam pouco mais de um terço dos fogos em 1831. Os fogos com 3 a 5 cativos passavam um pouco de um quarto dos escravistas. Os senhores de poucos escravos dominavam a paisagem. Somente cinco planteis tinham 50 ou mais escravos e apenas outros dois domicílios registraram mais de 100 escravos no ano de 1795. Um deles, o Alferes Antônio Pedroso de Carvalho Galvão, onde nem todos os cativos lhe pertenciam; o outro, o domicílio do minerador e usurário alferes Manoel Lobo de Castro, um dos homens mais ricos da freguesia em fins do século XVIII. No ano de 1831, a situação não era muito diferente e poucos fogos registraram 50 ou mais cativos. Merece destaque o domicílio chefiado por Robert William Millivard, diretor da Cia. dos Ingleses, o efêmero experimento de mineração em profundidade na vila de São José na década de 1830, onde havia 180 escravos, certamente nem todos pertencentes à companhia, mas o único caso de fogo com mais de cem cativos registrado. Outros 12 senhores nesse ano chefiavam fogos com 50 ou mais escravos, todos envolvidos com a lavoura, criação e o controle de engenhos de cana. A mineração, definitivamente, estava limitada às tentativas inglesas.

O grande número de fogos com poucos escravos na freguesia de São José pode lembrar a capitania de São Paulo, onde a posse de cativos era exígua e eles estavam em pequenos planteis. A situação de São Paulo começou a mudar com a expansão do cultivo de cana no final do século XVIII e transformou-se completamente com o café, na segunda metade do XIX. Antes, sem um artigo de exportação, a economia paulista não absorveu muitos escravos. Mas há diferenças importantes a assinalar entre São José e São Paulo: nesta última, os escravos eram uma fração pequena da população, em média, entre 23% e 29% entre os anos de 1798 e 1836, e em

torno de três quartos dos fogos não tinha escravos.³² Em São José, havia escravos em metade dos fogos; embora os pequenos proprietários predominassem, havia um expressivo segmento de médios senhores que manejavam planteis de 6 a 10 cativos e de 11 a 30 sinalizando um maior dinamismo econômico. Já em relação à áreas de agroexportação os níveis de posse de escravos em São José são bem mais modestos. Tomando como exemplo o recôncavo baiano, pequenos produtores de um ou dois cativos tinham presença menos expressiva e ganhavam destaque as escravarias com 20, 30 e mais cativos.³³

Já a Tabela 2 mostra que a grande maioria dos domicílios de pequenos escravistas controlava uma fração reduzida da força de trabalho escrava da freguesia. Em 1795, os fogos com até 5 escravos eram quase três quartos dos domicílios escravistas e controlavam pouco mais de um quarto dos escravos (26,8% do total), enquanto apenas os 23 domicílios com 31 ou mais escravos deste ano abarcavam porção próxima (22,4%). No ano de 1831, os fogos com até 5 escravos representavam próximo de dois terços dos escravistas e envolviam pouco mais de um quinto dos cativos; na outra ponta, os 32 fogos com 31 ou mais escravos tinham um quarto dos cativos.

Tabela 2 - Distribuição dos escravos entre os domicílios na freguesia de São José

Faixa de posse	1795			1831		
	N de escravos	% do total	% acumulada	N de escravos	% do total	% acumulada
1 ou 2	525	9,9	9,9	411	6,3	6,3
3 a 5	902	17	26,8	922	14	20,3
6 a 10	877	16,5	43,3	1326	20,2	40,5
11 a 30	1825	34,3	77,6	2239	34,1	74,6
31 ou mais	1191	22,4	100	1669	25,4	100
Total	5320	100		6567	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Se o escravo era um bem difundido entre os domicílios sanjoseenses, a Tabela 2 descortina a alta concentração desses trabalhadores nos grandes planteis. A presença do escravo em muitos domicílios e a concentração da maior parte deles em poucas mãos são características que devem ser conjugadas no entendimento da longa duração do escravismo. Só com a formação de um largo segmento de pequenos e médios proprietários, a instituição teve legitimidade social para manter-se por tanto tempo. Com um lastro social de pequenos e médios escravistas, a elite senhorial teve referendado seu poder sobre dezenas de cativos.

32 MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.105, LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.163.

33 Conferir BARICKMAN, Bert J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Reôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.241-242, Tabelas 20 e 21; SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos. Op. cit., pp.364-365, Tabelas 54 e 55; e os vários dados apresentados em LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. Op. cit., p.156, Tabela 5.1.

Uma forma de medir a desigualdade nessa distribuição é o coeficiente de Gini.³⁴ Os índices Gini entre os proprietários de escravos nas Comarcas mineiras, no ano de 1718, analisados por Francisco Luna variavam de 0,5 a 0,52.³⁵ No século XIX, Douglas Libby verificou que o coeficiente de Gini entre proprietários de escravos variou de 0,46 a 0,60 para diversas regiões mineiras entre os anos de 1831 e 1840. Para se ter uma base de comparação, L. Bergad estimou coeficientes em torno de 0,71 e 0,75 para donos de propriedade fundiárias anotadas nos registros de terras na província da década de 1850.³⁶ Isso significa que a distribuição da terra era mais desigual do que a distribuição da mão de obra escrava entre os senhores.

Tabela 3 - Coeficientes de Gini para a distribuição da posse de escravos nos domicílios da Freguesia de São José

	1795	1831
Domicílios escravistas	0,568	0,555
Todos os domicílios	0,768	0,799

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Na freguesia de São José os níveis de concentração da propriedade escrava estiveram muito próximos aos exemplos acima referidos. A retomada do tráfico após a década de 1810 reduziu a concentração de escravos entre os proprietários, aparentemente tornando o escravos mais acessível a quem tivesse os recursos para adquiri-lo. No entanto, esse processo ampliou ainda mais a grande diferença entre fogos com essa propriedade e aqueles sem cativos. Ao colocar todos os domicílios no cálculo, o índice de Gini da posse de escravos subiu 35,2% em 1795 e 43,9% em 1831. Esses resultados reforçam que a marca distintiva da maioria dos domicílios era a necessidade do trabalho familiar, pois o escravo era um bem disponível, mas em pequenos números.

De qualquer forma, a possibilidade de acesso ao escravo pelos pequenos produtores sinaliza sua capacidade produtiva, seus rendimentos e sua participação no mercado, notadamente o mercado de escravos. A presença de um escravo no domicílio não só reforçava sua capacidade de trabalho, mas também representava um investimento produtivo, uma aposta econômica num ativo que demandava uma inversão significativa de capital.³⁷ Estudos que se ocuparam da composição da riqueza através dos inventários mostraram unanimemente que os escravos constituíam

34 O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas que pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade, isto é, quanto mais próximo de 1 o coeficiente de Gini, mais desigual é a distribuição.

35 LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. Escravismo em São Paulo e Minas Gerais. Op. cit., p.266.

36 LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho. Op. cit., p.131. BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica. Op. cit., p.128.

37 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Escravismo no Brasil. Op. cit., pp.148-150.

a principal modalidade de riqueza dos inventários mais pobres.³⁸ Havia também significados simbólicos na posse de escravos, como o fato de afirmar a independência do fogo, de demarcar a liberdade do proprietário e sua ascensão ao grupo dos senhores. Mas eles não contradizem a expectativa econômica de maior produtividade na qual a posse de um escravo pelos pequenos produtores estava imersa. A esse propósito, já foi notado que os senhores de pequenas escravarias no Rio de Janeiro oitocentista raramente usavam seus escravos em serviços domésticos ou para reduzir a carga de trabalho familiar, mas preferiam alugar seus serviços e gerar renda.³⁹

Entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX, a presença do trabalhador escravo nos fogos sanjoseenses permaneceu constante, mas em 1831 um número 50% maior de domicílios, do que o registrado em 1795, dependia exclusivamente da força de trabalho livre. Houve, na verdade, ligeiro crescimento no número de domicílios com escravos entre 1795 e 1831 – os fogos escravistas eram 868 no primeiro momento e 883 no segundo. Mas o número de fogos sem escravos aumentou muito mais, passando de 855 para 1.293. Podemos admitir que o número de domicílios da freguesia cresceu mais do que a distribuição da população escrava e, *proporcionalmente*, os fogos escravistas diminuíram. Só que essa redução refletiu-se predominantemente entre os donos de um ou dois cativos, cujo número caiu de 379 no ano de 1795 para 303 no ano de 1831. Enquanto isso, fogos com 6 a 10 escravos e aqueles mais abastados com planteis entre 11 e 30 cativos aumentaram a sua participação (conf. Tabela 1).

O aumento no preço do trabalhador mancipio pode ser uma das causas da diminuição dos pequenos escravistas. Segundo a ampla série de preços de escravos nos inventários mineiros compilada por Laird Bergad, o valor dos mancipios aumentou no segundo quartel do XIX: a partir de 1825 a curva de preços desenhou um movimento ascendente, mas só na década de 1830 os preços dos escravos sofreram aumentos significativos (porém, ainda muito inferiores ao que experimentaríamos após a proibição efetiva do tráfico em 1850). No período aqui em vista, entre 1795 e 1831, o preço de um escravo adulto variou dos Rs100\$000 aos Rs300\$000 (de cem a trezentos mil réis).⁴⁰ Mas outros fatores da complexa transição demo-econômica da capitania/província parecem ter influenciado na estrutura de posse de escravos. O desenvolvimento da produção mercantil de alimentos para atender mercados extra-provinciais a partir de 1808 premiou aqueles que possuíam capacidade mais dilatada de produção de excedente, acesso à recursos para aquisição de um escravo, além do acesso à terra. A expansão econômica não beneficiou a todos da mesma forma, mas deve ter sido

38 ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2010, p.150; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012, p.277.

39 FRANK, Zephir L. Dutra´s world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p.65.

40 BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica. Op. cit., pp.244-245, figura 5.1.

relativamente ampla, pois a persistência de um amplo setor de pequenos produtores com acesso à mão de obra escrava é um sintoma de que a retomada do tráfico a partir de 1810 não irrigou exclusivamente as grandes posses, como notaremos a seguir.

Características das posses de escravos na freguesia de São José e estratégias de reprodução dos planteis

Tão importante quanto conhecer o número de escravos controlados por cada domicílio é avaliar as características dos planteis de diferentes tamanhos, o que pode sugerir pistas importantes da dinâmica da freguesia no período em tela. A Tabela 4 mostra várias medidas de posse escrava entre fogos com 1 a 10 cativos, seguidos por domicílios com 11 a 30 e por aqueles com posses ainda maiores.

Tabela 4 - Aspectos da composição das escravarias na freguesia de São José

Nº de escravos no domicílio	1795			1831			RCM*
	Idade média dos africanos	% de africanos †	razão de sexo geral	Idade média dos africanos	% de africanos †	razão de sexo geral	
1	36,43	73,40%	270,31	31,94	45,10%	114,29	566,67
2	34,28	70,80%	242,86	28,03	48,10%	116,00	408,45
3	32,99	66,70%	191,59	31,64	40,60%	113,33	701,15
4	32,62	62,60%	240,00	29,94	33,70%	132,43	824,74
5	34,43	59,60%	180,90	29,59	41,70%	119,70	937,50
6	34,10	59,50%	155,17	31,19	42,20%	138,98	1116,88
7	34,04	60,40%	219,30	30,75	32,40%	120,28	988,63
8	32,49	57,60%	203,45	28,49	43,30%	163,53	1000,00
9	37,53	64,60%	175,00	32,50	35,20%	142,31	927,71
10	38,53	56,40%	243,75	30,48	35,30%	146,75	1200,00
11 a 30	38,92	56,20%	264,27	29,60	38,70%	142,32	1109,43
31+	41,40	58,90%	367,06	22,19	48,70%	186,77	1072,10
Total	37,31	60,10%	254,90	27,72	41,40%	146,42	984,88

† Porcentagem de escravos africanos em cada faixa de posse.

* Razão Criança Mulher: mostra o número de crianças de zero a nove anos para cada mil mulheres em idade fecunda, de quinze a quarenta e nove anos. A razão criança-mulher diz respeito a todas as escravas da freguesia, mas só considera as crianças nascidas no Brasil.

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831

Cada medida apresentada na Tabela 4 oferece um aspecto da composição da força de trabalho escrava que pode lançar luz sobre as estratégias de senhores de diferentes escalas para manter e recompor suas escravarias. A idade média e a proporção dos escravos africanos alocados em cada faixa de posse são bons indicadores da capacidade de compra de escravos novos. Quanto mais jovens os escravos, mais capazes estariam para o trabalho e mais longo o potencial de desenvolvimento da unidade produtiva.

Quanto mais africanos nas escravarias, maior o acesso ao tráfico e, portanto, ao mercado; ao contrário, quanto menor a proporção de africanos, maior a importância da reprodução interna para a manutenção das escravarias. O terceiro aspecto trabalhado é a razão de sexo que mostra a proporção de homens para mulheres em cada faixa. Embora as escravas fossem empregadas em praticamente toda ocupação não-especializada da mesma forma que os homens, elas eram “peças” mais baratas do que o escravo masculino: em média, com um custo 15% inferior em Minas Gerais entre 1750 e 1850.⁴¹ O acesso a escravos masculinos retrataria maior capacidade de investimento, enquanto maior proporção de mulheres expressaria expectativas de reprodução. Para o ano de 1831 ainda foi possível avaliar a razão criança-mulher (RCM), um índice grosseiro da fecundidade feminina e que funciona como um indicador da capacidade reprodutiva de cada tamanho de posse.⁴² Essa medida pode mostrar em quais faixas de concentração de escravos a reprodução interna parece mais possível.

A primeira revelação da Tabela 4 é que a idade média dos escravos africanos diminuiu entre as datas dos dois censos – uma redução muito significativa no total, pois a população africana ficou em média 10 anos mais jovem, um claro sinal da reprodução via tráfico. Todas as faixas de posse consideradas acompanharam essa tendência, mas as reduções mais destacadas da idade média de africanos ficou por conta dos domicílios com um e dois escravos e, depois, nas faixas de posses de oito ou mais cativos. Parece-nos que senhores de um ou dois cativos participavam do tráfico assim como donos de posses maiores. A proporção de africanos nessas posses reforça a percepção, pois, em 1795, os africanos eram a maioria dos escravos, 60% do total, mas a sua proporção ultrapassava os 70% nas posses com somente um ou dois cativos. Na década de 1830, as proporções de africanos diminuíram muito, apesar do tráfico renovar essa parcela da população escrava, o que nos aponta que a reprodução interna foi, pelo menos, tão vigorosa quanto o tráfico. Também nesse momento as posses de um e dois escravos tinham altas proporções de africanos, 45% e 48%, respectivamente, só comparáveis às posses com oito escravos ou àquelas de grandes dimensões (mais do que 31 cativos).

Graças ao tráfico de escravos africanos, que desembarcava de dois a três homens para cada mulher, as razões de sexo da população escrava sempre demonstraram predomínio masculino em Minas Gerais.⁴³ Nossa Tabela 4 mostra que na freguesia de São José o predomínio masculino acontecia em todas as faixas de posse consultadas. No final do século XVIII, esse predomínio era muito mais acentuado, dada a forte

41 KLEIN, Herbert S. O tráfico de escravos no Atlântico. Op. cit., p.162 afirma que “As mulheres executavam quase as mesmas tarefas manuais dos homens nas plantações da América e, de fato, constituíam a maioria dos muitos grupos de pessoas nos campos de cana-de-açúcar, café e algodão”. Sobre os preços de escravos em Minas, conf. BERGAD, Laird. Escravidão e história econômica. Op. cit., p.258 e segs.

42 Para o ano de 1795 não foi possível calcular a RCM, uma vez que o Rol dos Confessados não apresenta as crianças com menos de 7 anos.

43 LIBBY, Douglas C. As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: Maria Efigênia Lage; Luiz Carlos Villata. (Org.). História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

presença do elemento africano, sendo particularmente alto nas posses com um ou dois escravos. Já em 1831, a superioridade masculina foi atenuada pelo crescimento dos crioulos, uma população nativa com maior equilíbrio sexual. Os donos de poucos escravos possuíam escravarias mais femininas em 1831, o que, conjugado à importante presença de africanos sugere que donos de um e dois escravos adquirissem mulheres cativas através do tráfico.

Francisco Luna e Hebert Klein consideram que havia um cálculo econômico na aquisição de escravos. Segundo eles, o mercado de escravos no Brasil era muito plástico e oferecia homens e mulheres de todas as idades, condições físicas e habilidades inatas ou aprendidas, num amplo leque de alternativas para o agricultor, artesão ou prestador de serviços que desejava ampliar sua força de trabalho. Com alguma noção sobre a viabilidade da ocupação e das alternativas para emprego dos escravos, os senhores adquiriam os cativos mais adaptados ao tipo de atividade praticada.⁴⁴ A preferência pela compra de uma escrava, assim, parece uma opção viável caso conjugemos o menor valor das mulheres no mercado escravista com sua maior versatilidade na ocupação. A complementação de atividades e a diversificação econômica das unidades produtivas criavam um ambiente adequado para o emprego de força de trabalho feminina, como mostra a disseminação da fiação e tecelagem nos fogos mineiros – atividades predominantemente femininas.⁴⁵ Como argumenta Carlos Bacellar, “as cativas eram utilizadas de forma complementar seja na lavoura, seja nas atividades de ganho, dentro de um ambiente doméstico onde a falta de recursos não permitiria a alocação de um escravo em uma única esfera do trabalho”.⁴⁶ Assim, nos intervalos das atividades da lavoura em pequena escala, a escrava poderia trabalhar em atividades manuais ligadas ao universo feminino, como a costura, a fiação ou o serviço doméstico.

Dois casos podem ilustrar as formas de reprodução dos planteis na freguesia de São José. Quando Maria de Souza da Conceição faleceu em 1797, ela fez questão de distinguir no testamento junto a seu inventário os escravos que lhe pertenciam daqueles que foram adquiridos por suas filhas.⁴⁷ Dos mais de vinte escravos em sua Fazenda da Intendência, situada na capela de São João Batista, 10 lhe pertenciam, outras quatro escravas, Domingas, Rosa, Catarina e Teresa, e mais suas oito “crias” pertenciam a suas filhas “que os compraram e pagaram com diferentes gêneros de algodão fabricados pelas suas mãos”. Esse documento nos leva a duas importantes revelações: em primeiro lugar mostra que, embora, fossem de uma família remediada, as filhas de Maria de Souza não deixavam de trabalhar. Em segundo lugar, indica

44 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. Op. cit., pp.149-150.

45 LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho*. Op. cit., p.198.

46 BACELLAR, Carlos de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p.147.

47 Arquivo Histórico Escrivôrio Técnico II – IPHAN, São João del Rei – Inventários. CONCEIÇÃO, Maria de Souza da. Cx.538, 1797

que o artesanato em algodão era capaz de gerar renda, inclusive para a aquisição de escravos. Esse, no entanto, era um caso especial, já que as filhas de Maria de Souza provavelmente não precisavam despende recursos com alimentação, moradia e outros gastos para sobrevivência que seriam assegurados pela propriedade materna. A segurança material proporcionada pela família permitiu o acúmulo de toda a renda gerada pela atividade têxtil e seu posterior investimento em *escravas* que poderiam aumentar a produção doméstica de têxteis, agregando mais mão de obra, e ainda possibilitariam a reprodução interna e o crescimento do plantel.

Anos mais tarde, na década de 1830, numa petição de reconciliação encaminhada ao Juiz de Paz do distrito da capela do Desterro, Anna Joaquina, assistida por seu marido José Antônio de Moraes, desejava rever a sociedade que fizera com Manoel Bento Peixoto para a compra da escrava nova Mariana de nação angola⁴⁸. A cativa havia sido adquirida pelo preço de Rs 249\$000 ao negociante Antônio Justiniano, concorrendo Ana Joaquina com Rs 102\$340 e Peixoto com Rs 146\$6500. Durante a sociedade, a escrava Mariana deu à luz a Custódio e Umbelina, “crias” que Anna Joaquina requeria que fossem repartidas igualmente e *pro-rata* aos sócios na anulação da sociedade. A petição não deixa claro o que teria motivado o desentendimento entre os sócios (o tempo de trabalho da escrava para cada um? A divisão de possíveis jornais?). E, embora não saibamos como o Juiz resolveu esse problema salomônico de divisão dos filhos da escrava, as informações da petição são preciosas porque mostram a iniciativa de uma mulher, Ana Joaquina, em fazer seus negócios e desfazê-los – embora, para o poder público, devesse ser assistida pelo marido. Em segundo lugar, mostra que a associação para a compra de um cativo novo era algo factível, e, novamente, temos a preferência pela africana, polivalente e capaz de gerar filhos.

Senhores de posses com equilíbrio de sexos conseguiram ampliar seus planteis entre fins do século XVIII e os primeiros anos do XIX. Tal foi o caso de Inácio da Silveira Machado, morador na Fazenda Capão Grosso na capela de São João Batista.⁴⁹ Em 1795, o Rol de Confessados registrou 3 escravos em seu domicílio: Manoel, Mariana e Vitoriano, crioulos de 26, 23 e 13 anos, respectivamente. Quando o inventário de Inácio foi aberto em 1809, a escravaria tinha duplicado graças à geração de três filhos da escrava Mariana.⁵⁰ Igualmente, Francisco Rodrigues Duarte, registrado como senhor de um fogo com três escravos no ano de 1795, teve a propriedade ampliada graças à gestação de filhos por suas escravas. Com o nascimento de dois filhos naturais da parda

48 Arquivo Público Mineiro, Presidência de Província. 1/18 Cx.191-doc.02 - 04/04/1830

49 Rol dos Confessados, capela de São João Batista, fogo 32; Arquivo Histórico Escritório Técnico II - IPHAN, São João del Rei - Inventários. MACHADO, Inácio da Silveira, cx.440, 1809.

50 As crianças, Joana, Pedro e Francisco foram batizadas como filhos naturais, mas podem ser filhas do escravo Manoel e, no entanto, seus senhores não tenham se preocupado em unir o casal na Igreja. Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, Batismos da paróquia de Sto. Antônio da Vila de São José, Lv.09, fls.468 e fls.553, Lv.10, fls.111,

Maria Joaquina e o filho legítimo do casal Manoel Benguela e Maria Antônia parda, o inventário de Francisco Rodrigues Duarte apresentou seis escravos no ano de 1809.⁵¹ Francisco Antônio Leitão foi listado no Rol de Confessados de 1795 como senhor de sete escravos, mas com o nascimento dos três filhos do casal Mateus e Joana, ambos benguelas, seu inventário registrou 10 cativos em 1797.⁵²

Muitos outros casos possibilitados pela comparação do Rol de Confessados com inventários abertos alguns anos depois dessa listagem poderiam indicar como a presença feminina nas posses sanjoseenses contribuiu para a manutenção das pequenas escravarias. A reprodução endógena dessas escravarias não era um caso de *breeding* brasileiro. Nos casos que analisamos, os filhos das cativas acabam aumentando os legados dos herdeiros dos senhores e não são destinados à venda. Aliás, não temos notícia de nenhum tipo de criatório de escravos em Minas Gerais ou no Brasil. Isso não significa, porém, que os senhores não tivessem em vista a possibilidade de que suas escravas gerassem “crias”. Como a Tabela 3 mostra, os fogos com posses entre 3 e 10 escravos, no ano de 1795, tinham razão de sexo mais equilibrada, o que talvez seja expressão de uma aposta na posse de mulheres numa conjuntura de dificuldade de obtenção de escravos via tráfico. Em 1831, os domicílios desta mesma faixa de posse apresentavam altas razões criança-mulher, o que possivelmente foi o resultado de uma estratégia antiga de favorecimento da reprodução. Aqui referendamos a opinião do prof. Douglas Libby de que a virtual paralisação do tráfico negreiro para Minas na virada para o século XIX concorreu para consolidar a reprodução natural entre os escravos.⁵³ Mas acrescentamos que os pequenos senhores, com escravarias entre 3 e 10 cativos, seriam atores privilegiados desse processo. Segundo mostra a Tabela 3, esse grupo de senhores com 3 a 10 cativos tinha planteis com menor presença de africanos e maior equilíbrio sexual, o que possibilitaria a reprodução, e, como sugerem os exemplos aludidos, senhores dessa escala tiveram desempenho positivo entre os anos 1790 e o começo do XIX. Um fator a considerar é que, não sendo muito abastados, suas escravarias acabavam dispersas nas mãos de muitos herdeiros o que teria uma dupla consequência negativa para a reprodução endógena ampliada da escravidão: 1) dispersaria o plantel crioulo em posses ainda menores e 2) faria com que o processo de reprodução se restringisse a uma única geração senhorial.

De qualquer forma, acreditamos que por duas décadas afastados do tráfico os senhores mineiros devem ter estabelecido um padrão de estímulo à reprodução interna e, supostamente, de maior cuidado com as crianças e gestantes de modo a garantir a

51 Rol dos Confessados, capela do Pe. Gaspar, fogo 15; Arquivo Histórico Escritório Técnico II - IPHAN, São João del Rei - Inventários. DUARTE, Francisco Rodrigues, cx.412, 1806.

52 Rol dos Confessados, capela de Oliveira, fogo 70; Arquivo Histórico Escritório Técnico II - IPHAN, São João del Rei - Inventários. LEITÃO, Francisco Antônio, cx.414, 1797.

53 LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais. Op. cit., p.470.

manutenção da força de trabalho escrava. Quando o ingresso de africanos foi retomado nos anos 1810, o novo fluxo do tráfico não desvaneceu essa estratégia. Novamente, nos valem de três casos de pequenos escravistas que ilustram as tendências da Tabela 3. Nas páginas da lista nominativa do distrito do Pe. Gaspar encontramos o fogo 72, chefiado pelo alfaiate Silvestre José Cordeiro, homem pardo que vivia acompanhado da mulher fiandeira, dois filhos e mais nove escravos – dois deles homens, duas mulheres e os demais eram crianças. Sete cativos eram pardos e dois crioulos o que demonstra que era uma escravaria sem origem no tráfico. Silvestre não deixou inventário, mas é possível acreditar que ele empregasse seus cativos no artesanato em tecidos do qual ele e a mulher participavam. Ao longo da década de 1830 sua escrava Eulália (ou Hilária) teve quatro crianças e não foram registrados óbitos de nenhuma.⁵⁴ Em 1845, o último filho de Eulália/Hilária foi alforriado na pia batismal.⁵⁵ Outro caso: no domicílio de Manoel Jacinto na vila de São José viviam ele, a mulher, três filhos, três agregados e cinco escravos. Destes, três eram homens e duas mulheres. A escrava africana Maria teve quatro filhos e, ao longo da década de 1830, foi registrado apenas um óbito em sua escravaria, o de José, um crioulo de 47 anos.⁵⁶ No último caso, o lavrador Antônio Carlos da Silva Telles Faiao, casado, 25 anos, vivia mais a esposa e seis escravos – três mulheres, dois homens e uma criança – na localidade do Pe. Gaspar. A composição de mão de obra escrava, dependendo do tamanho das terras a cultivar, certamente não livraria Antônio Carlos do trabalho no campo. Para ampliar sua escravaria, ele adquiriu mais dois escravos ao longo da década de 1830, africanos adultos que foram batizados na freguesia de São José. A posse ainda foi ampliada quando seu casal de cativos crioulos Francisco e Emidia tiveram três filhos.⁵⁷ Nessa propriedade tráfico e reprodução se conjugaram, mostrando que não eram processos excludentes.

Para os donos de apenas um ou dois escravos as possibilidades de reprodução interna eram limitadas. No ano de 1795 essas escravarias pequenas eram fortemente masculinas, o que inviabilizava a reprodução (como sabemos, as crianças escravas pertenciam aos senhores de suas mães, pois a condição do rebento seguia a do ventre materno). Em 1831 as posses com um ou dois cativos são mais femininas, mas ainda assim a reprodução era complicada, pois uma gestação bem sucedida requeria o afastamento das mães do trabalho por alguns meses. Para esses senhores, embora não possamos afirmar que a porta da reprodução natural estivesse definitivamente fechada, outras estratégias devem ter sido mais importantes. Aqui vale citar a aquisição no

54 Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, Batismos da paróquia de Sto. Antônio da Vila de São José Lv 14, fls.137 e 172; Lv.15, fls.157v e 54.

55 Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, Batismos da paróquia de Sto. Antônio da Vila de São José Lv 14, fls.280v.

56 Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, Batismos da paróquia de Sto. Antônio da Vila de São José Lv 14, fls.147, 213v-214,176 e 184v. Óbitos: Lv.84, fls.193.

57 Arquivo Paroquial da Diocese de São João del Rei, Batismos da paróquia de Sto. Antônio da Vila de São José Lv 14, fls.136v e 154v; Lv.15, fls.165v, 158v e 159.

mercado – como aponta a Tabela 4 havia alta proporção de africanos entre as posses de um ou dois cativos no ano de 1831 – e os legados, heranças e dotes, uma forma bastante popular de transmissão da propriedade escrava e que requer mais estudos, notadamente para as situações de pequenas posses.

Considerações Finais

Bert J. Barickman, em seu livro sobre a diversidade da escravidão no Recôncavo baiano no século XIX, considera que a posse de um, dois ou três escravos dificilmente libertava um lavrador e sua família do trabalho em casa e na roça; no máximo reduzia as horas de trabalho e permitia que os membros da família evitassem os serviços mais pesados. Do ponto de vista do trabalho, roceiros que tinham poucos escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos sem nenhum. Porém, o ser senhor de escravos deveria fazer muita diferença em termos de prestígio social. Além disso, a posse de cativos criava entre esses pequenos senhores e os grandes escravistas um vínculo baseado no interesse comum de perpetuação da escravidão como regime de trabalho.⁵⁸ Para ilustrar seu ponto de vista, Barickman resgata uma saborosa passagem da comédia de Martins Pena, *O juiz de paz na roça*, de 1838, em que aparece o personagem Manoel João, um lavrador que tem um único escravo, Agostinho, com que divide a lida do campo. Quando Manoel entra em cena, aparece descalço, vestindo calças de ganga e uma japona de baeta azul, e traz uma enxada nos ombros; acompanha-o Agostinho, que não usa japona, apenas uma calça e camisa de algodão, também traz sua enxada e mais um cesto de café na cabeça. Depois de cumprimentar mulher e filha, e dividir entre elas outras tarefas da roça, Manoel João recebe jacuba e sentam-se todos, inclusive Agostinho, à mesa para jantar, onde comem com as mãos e chupam os dedos. O contato próximo entre cativos e pequenos agricultores provavelmente poderia estimular um sentimento de camaradagem e mesmo de dever. Mas “Martins Pena nos mostra que intimidade não implicava igualdade”: em vários momentos da peça as diferenças entre Manoel João, o senhor, e Agostinho, o cativo, são demonstradas. Manoel João veste uma japona, Agostinho não; é Agostinho quem traz o cesto de café na cabeça; sedento, Manoel João é servido de jacuba pela mulher e Agostinho, não menos sedento, apenas olha; por fim, quando a carne seca da casa acaba, o que resta vai para os pratos de Manoel João, mulher e filha, e Agostinho tem de se contentar com laranjas e farinha.

Desigualdades como estas, por mais insignificantes que possam parecer, especialmente quando comparadas com as diferenças que distinguiram grandes proprietários e seus cativos, reafirmavam cotidianamente a autoridade dos senhores sobre seus escravos de maneira que mesmo em situações de pequenas posses, mais comuns e difundidas, os significados da subordinação dos escravos, enquanto classe,

58 BARICKMAN, B. J. Um Contraponto Baiano. Op. cit., p. 249-252.

eram vividos concretamente e, por isso mesmo, experimentados como verdade. Não nos parece fora de dúvida que a grande propriedade agrária e a propriedade escrava davam sentido e significado para o bloco social no escravismo.⁵⁹ Na formação da sociedade açucareira, foi o senhor de engenho que modelou as aspirações de distinção na América Portuguesa. Depois da independência, os interesses ligados à cafeicultura garantiram a permanência do tráfico e a continuidade da escravidão com a vitória de um projeto conservador e hierárquico de sociedade nacional.⁶⁰ A pequena propriedade, no entanto, tinha um papel central na hegemonia escravista brasileira. Ela entranhava os significados da vida senhorial no terreno das relações sociais, servindo de raízes fortes para a permanência da escravidão. Não foi fortuito que, como primeiro percebeu Robert Conrad, a escravidão perdeu legitimidade social com a concentração da posse depois do fim do tráfico.⁶¹ Embora esse rearranjo estrutural da posse escravista não explique sozinho o processo abolicionista em seus sentidos sociais e políticos, ele sem dúvida preparou a conjuntura que viu aflorar o protesto social contra a escravidão. O que esperamos ter demonstrado neste artigo é que o tráfico negreiro e as possibilidades de procriação escrava foram aspectos muito relevantes para as vidas dos pequenos escravistas, mas, em última análise, relacionavam-se aos destinos da escravidão no Brasil.

Artigo recebido em 19 de Março de 2017.

Aprovado em 21 de Junho de 2017.

59 MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista, história e historiografia. In MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (organizadores). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.130.

60 Sobre a sociedade do açúcar e a formação de uma hierarquia social original no Brasil, misturando traços estamentais de Antigo Regime, diferenças étnicas e riqueza, ver SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Op. cit., pp.209-215. Sobre o papel dos cafeicultores na continuidade do tráfico de escravos e a montagem de uma sociedade fundada na exclusão, ver MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial: 1831-1870 (Volume II)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.339-383.

61 CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, capítulo 04.